

SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA 1ª COMISSÃO REPRESENTATIVA DA VIII LEGISLATURA – 09 DE FEVEREIRO DE 1977

O SR. PRESIDENTE (Pessoa de Brum – às 09h30min): Havendo número legal, declaro abertos os trabalhos desta Sessão de Instalação. Está com a palavra o Ver. Antônio Cândido, que cede sua inscrição ao Ver. Marcos Klassmann, em

COMUNICAÇÕES

O SR. MARCOS KLASSMANN: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, assumo a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro da Câmara Municipal de Porto Alegre no momento em que o nosso companheiro e irmão Glênio Peres, por mais um ato de força do Governo, retirou-se do nosso convívio, depois de doze anos de serviços prestados a Porto Alegre, ao Rio Grande do Sul, ao País e à liberdade.

O Ver. Glênio Peres foi cassado, no entendimento do MDB, para impedir que o MDB governasse, junto com o Prefeito nomeado de Porto Alegre. Foi cassado para impedir que se tivesse mais uma voz a clamar a luta pela liberdade, a exigir respeito pelos direitos humanos.

Foi cassado, sobretudo, para impedir que no Rio Grande do Sul a oposição fosse marchar livre, desimpedida para, no pleito de 1978, vencer, governar e administrar o Estado do Rio Grande do Sul.

Não estamos intimidados com o ato da cassação. Se o medo preside toda a atividade política num regime de exceção, o medo também é motivo para que unamos nossas forças, cada vez mais, para superá-lo e não nos deixarmos intimidar, e para prosseguirmos na luta.

Chegamos aqui quatorze e éramos quatorze Vereadores a falar e lutar por Porto Alegre, pelo Rio Grande, pelo País e pela liberdade. Somos agora treze Vereadores apenas e, como treze Vereadores, continuaremos lutando pela cidade, pelo Rio Grande do Sul, pelo País e pela liberdade. Estamos certos de que enquanto vigorarem os atos repressivos, a atividade política, seja parlamentar, seja de base, não terá a menor segurança.

Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Líder da Minoria, a cassação do Ver. Glênio Peres esconde da opinião pública a grave crise econômica e social que atravessa o País.

A cassação serviu para esconder também o quanto o regime está apartado dos intelectuais, cujo manifesto pedindo o fim da censura foi respondido de forma humilhante, justamente, repito, para esconder a grave

crise econômica, social e política, para esconder que o manifesto do empresariado paulista não teve eco junto ao Governo.

Serviu, ainda, para esconder o falso liberalismo de governantes e políticos que compactuam com o regime de força, mas que são desmascarados sempre que se pede liberdade e democracia.

Serviu para desmascarar o isolamento do regime no momento em que, apartado da intelectualidade, apartado da igreja e apartado do povo já há 13 anos, não encontra outra alternativa a não ser permanente decretação de reformas que certamente não têm nenhum cunho democrático nem popular. Porque um Governo que não foi eleito pelo povo, um Governo que do povo não recebeu mandato, não pode usar de outros métodos e nem tomar outras medidas a não ser estas medidas antipopulares. O Governo tem que exercer a sua força para impedir que a oposição governe a cidade juntamente com o Prefeito nomeado.

É preciso, é necessário, é imprescindível impedir que se fale em liberdade e que se denuncie a violação dos direitos humanos.

Sr. Presidente e Sr. Líder da Minoria, eu dirijo o Comitê Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e posso trazer documentos, com firma reconhecida, que denunciam a existência de violação dos direitos humanos neste Estado e neste País. E posso trazer, também, pronunciamentos do Presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, que atestam a existência destas violações em nosso País e na América Latina.

O Ver. Glênio Peres não estava fazendo mais do que cumprir um programa do MDB, não estava mais do que cumprindo seu dever, o mandato popular que lhe foi conferido, enfrentado o medo, porque medo não teve a população em conferir-lhe o voto, em conferir seu voto a nenhum de nós.

Ele está lá fora, agora, mobilizando-se, agilizando-se, buscando organizar-se em defesa do direito do voto, do mandato popular, porque seus interesses estão sendo a cada dia mais aviltados pelo regime, pela força do governo autoritário que se instalou neste País em 1964.

Todos nós sabemos que o Ver. Glênio Peres, por sua combatividade, pelo seu desprendimento pessoal, foi cassado sobretudo para deformar o resultado eleitoral, sobretudo para negar a dois terços da população de Porto Alegre o direito de administrar esta cidade.

Mas também, vou repetir, para esconder a grave crise social e econômica que afeta o País, para esconder o Governo que está apartado do povo há muito tempo, está apartado dos intelectuais e cada vez mais apartado, inclusive, do empresariado.

Está tão apartado do empresariado que demitiu seu representante, o Ministro Severo Gomes, um dos liberais que integravam o Governo, que não compactuava mais com o Governo de força, pois o liberalismo não pode

conviver com o regime de força, não pode haver liberalismo na ARENA, não pode haver, porque se exerce a lei, acaba sendo punido de uma ou de outra forma.

Sr. Presidente, Srs. Vereadores, repetindo, que enquanto formos 13, porque já nos está negado o direito de administrarmos esta cidade, estaremos denunciando todas as violações aos direitos humanos, denunciando todas as violações dirigidas contra o cidadão, seja sob a forma do salário miserável, que oprime, seja sob a forma de prisões ilegais, seja sobre aqueles que militando nos parlamentos ou fora deles, não tenham assegurado o seu direito mínimo; seja sob forma de violência generalizada que se abate sobre a nação brasileira.

Enquanto formos 13, estaremos aqui para brigar por isso, pelos buracos da cidade, pelas crateras da cidade, brigar, lutar e defender os direitos humanos, que nesta pátria não têm garantia. Era só, Sr. Presidente, muito obrigado.

(Revisto pelo orador.)

(...)

O SR. PRESIDENTE: Para uma Comunicação de Liderança, com a palavra o Ver. Marcos Klassmann.

O SR. MARCOS KLASSMANN: Sr. Presidente. Não podíamos deixar de registrar, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, o nosso espanto por percebermos que dois adversários da ARENA dizem que estão mais contristados com a cassação do companheiro, do irmão Glênio Peres do que o próprio MDB. O Movimento Democrático Brasileiro, como frente política de oposição neste País, já foi mais de uma centena de vezes atingido por atos de força.

Nós, Líder da Minoria, não lamentamos as cassações, nós já as estamos transformando num momento de festa, porque elas significam que o cassado não fez nada para sê-lo, que o cassado não esteve aqui, ou na Assembléia Legislativa, ou no Congresso Nacional para manter o seu mandato, mas para exercê-lo.

Esta frente, Movimento Democrático Brasileiro, com todas as suas tendências, com todas as suas propostas democráticas, com toda a sua permanente busca de soluções para o País e da sua própria unidade, não lamenta a cassação do Ver. Glênio Peres, já não manifesta mais estranheza pela cassação do Sr. Ver. Glênio Peres; por que, Sr. Líder da Minoria?

Simplemente porque é nossa convicção de que não há um processo de distensão, de que não há reabertura democrática, de que a cassação não se faz por intenção, Sr. Líder da Minoria, porque não se julga a má ou boa

intenção do Poder, porque temos certeza de que a democracia não será dada de presente.

A luta é permanente e deve ser conquistada, e nela o Ver. Glênio Peres esteve empenhado durante todo esse tempo. Não lamentamos mais a cassação do Ver. Glênio Peres, mas o MDB está solidário com o Ver. Glênio Peres, porque ele cumpriu com o seu dever, e foi cassado porque soube cumpri-lo.

Sr. Presidente, dizer-se que no MDB lamenta-se menos do que na ARENA a cassação do Ver. Glênio Peres é uma piada. Não tem sentido.

O Ver. Glênio Peres foi cassado. É claro que não convidaríamos o Líder da Minoria e sua Bancada para a festa que iríamos fazer para o Ver. Glênio Peres tentando significar com isso que ele foi cassado, mas que nada fez, pois apenas cumpriu o seu mandato. Não estaríamos festejando a cassação, mas estaríamos festejando o homem público que cumpriu com o seu dever.

Sr. Líder da Minoria, quando a oposição se refere ao Presidente Carter está se referindo ao Presidente dos Estados Unidos, que contribuiu em 1964 para a derrubada do regime legal, e para saber-se disto, basta ler os documentos publicados em todos os jornais do centro do País.

Se agora, neste momento, eles estão pedindo democracia para a América Latina e para o 3º Mundo, talvez estejam tentando colaborar na retomada do processo democrático. Muito obrigado.

(Revisto pelo orador.)

(...)